



ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

A crise do último império: a Guerra Fria e as décadas finais do colonialismo português (1945-1975)

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.41737>

Adriano de Freixo

Doutor em História Social (UFRJ) e Professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense - UFF. adrianofreixo@id.uff.br

Palavras Chave:

Guerra Fria; Descolonização da África Portuguesa; Portugal; Ditadura Salazarista; Império Colonial Português.

Keywords:

Cold War; Decolonization of Portuguese Africa; Portugal; Salazarist Dictatorship; Portuguese Colonial Empire

Palabras clave:

Guerra Fria; Descolonización de África Portuguesa; Portugal; Dictadura Salazarista; Imperio Colonial Portugués.

Resumo

A partir dos anos 1950, no auge do processo de descolonização afro-asiática, Portugal sofreu diversas pressões internacionais devido à sua política colonial. Marcado historicamente por sua debilidade econômica, o país havia implementado um modelo colonialista baseado na abertura de seus domínios ultramarinos à atuação do capital internacional, em um modelo de colonialismo dependente. Este fato, aliado aos interesses estratégicos dos EUA e da OTAN, no contexto da Guerra Fria, fez com que as grandes potências acabassem esvaziando as pressões contrárias ao colonialismo português. Assim, apesar da política isolacionista implementada pelo regime salazarista e da condenação da opinião pública internacional, os interesses econômicos e financeiros das grandes potências e as determinações político-estratégicas da conjuntura internacional acabaram por garantir alguma sobrevivência ao Império Colonial Luso até meados da década de 1970.

Abstract

The crisis of the last empire: the Cold War and the final decades of Portuguese colonialism (1945-1975)

From the 1950s onwards, at the height of the process of Afro-Asian decolonization, Portugal underwent various international pressures due to its colonial policy. Historically marked by its economic weakness, the country had implemented a dependent colonialist model based on the opening of its overseas domains to the international capital. In addition, the strategic interests of the United States and NATO within the context of the Cold War resulted in a deflation of the pressures against Portuguese colonialism by the great powers. Hence, despite the isolationist policy implemented by the Salazar regime and the condemnation of colonialism by international public opinion, the economic and financial interests of the great powers, as well the political and strategic constraints of the international conjuncture, granted the survival to the Portuguese Colonial Empire until the mid-1970s.

Resumen

La crisis del último imperio: la Guerra Fría y las últimas décadas del colonialismo portugués (1945-1975)

Desde la década de 1950, en el apogeo del proceso de descolonización africano-asiática, Portugal sufrió varias presiones internacionales debido a su política colonial. Marcado históricamente por su debilidad económica, el país había implementado un modelo colonialista basado en la apertura de sus dominios de ultramar a la actuación del capital internacional, en un modelo de colonialismo dependiente. Este hecho, junto con los intereses estratégicos de los EE.UU. y la OTAN en el contexto de la Guerra Fría, hizo que las grandes potencias acabaran por vaciar las presiones contra el colonialismo portugués. Así, a pesar de la política aislacionista implementada por el régimen salazarista y la condena por la opinión pública internacional, los intereses económicos y financieros de las grandes potencias y las determinaciones político-estratégicas de la coyuntura internacional acabaron por garantizar alguna sobrevivencia al Imperio Colonial Luso hasta mediados de la década de 1970.

Primeiro país europeu a lançar-se à expansão marítima moderna e a estabelecer possessões no continente africano e no Extremo Oriente, Portugal também seria a última nação imperial do século XX. Tendo resistido à onda descolonizadora do pós-guerra e às fortes pressões internacionais pelo fim do colonialismo, inclusive por parte de seus aliados do chamado “Bloco Ocidental”, o Estado português conseguiu, de maneira improvável, prolongar a posse de seu império até o limiar do último quartel do século passado.

Além das pressões diplomáticas, Portugal ainda enfrentaria a luta dos povos colonizados, em longas guerras de libertação, que teriam enormes impactos sobre a política e a economia metropolitanas. Apesar disto, a ditadura lusa insistiria na tentativa de manter suas “províncias ultramarinas”, mesmo à custa de um aparente isolacionismo em relação ao exterior, como preconizado pelo ditador António de Oliveira Salazar, em um célebre discurso proferido em 1963. Nele foi defendida a tese de que os “portugueses europeus e africanos” deveriam combater “sem espetáculos e sem alianças, orgulhosamente sós”, em defesa de “princípios e interesses comuns a todo o Ocidente” (SALAZAR, 1967).

Assim, a questão que se apresenta é como um pequeno Estado periférico da Europa, com inúmeras debilidades e sérias limitações econômicas, conseguiu manter seu império colonial ao longo de boa parte da segunda metade do século XX, apesar das enormes pressões internacionais pela descolonização e de uma política exterior pretensamente isolacionista. Entendemos que para respondê-la, é necessária a compreensão da geopolítica da Guerra Fria e da reestruturação capitalista do imediato pós-guerra, bem como dos impactos das chamadas “Guerras Coloniais” sobre Portugal e da dialética política exterior/política doméstica. Foi a partir desta visada que procuramos desenvolver as reflexões a seguir.

O Terceiro Império Português

Apesar das primeiras conquistas portuguesas na África datarem dos séculos XV e XVI e de várias tentativas de consolidação do chamado “terceiro império” – o primeiro havia sido o “Império da Pimenta”, no oriente; o segundo, o “Império Americano”, no Brasil; o terceiro seria o império africano - terem sido feitas ao longo do século XIX, a implementação efetiva do projeto imperial português sofreria inúmeros revezes. Durante o oitocentos, a ocupação portuguesa na África ainda era bastante esparsa e estava intimamente ligada ao tráfico negreiro para o Brasil. Com a extinção desse comércio, a presença portuguesa nos territórios africanos tornou-se ainda mais escassa, apesar das tentativas governamentais de desviar para a África os fluxos de emigrantes que se dirigiam sua antiga colônia americana.

A corrida imperialista entre as grandes potências europeias, nas últimas décadas do século XIX, parecia representar uma séria ameaça à frágil presença portuguesa na África. Porém, como essas potências não chegaram a um acordo entre si sobre o que fazer com os domínios portugueses, Portugal conseguiu fazer valer os seus interesses na Conferência de Berlim, em 1885, graças também à “proteção” da Inglaterra, para quem era vantajoso que Portugal mantivesse seus domínios africanos, visto que ele estava sob sua esfera de influência. Porém, em 1890, o “sonho imperial” português sofreria um traumático revés com o *ultimatum* britânico, quando a tradicional aliada, ao apoiar as pretensões do magnata Cecil Rhodes, sepultou os planos portugueses de estabelecer uma única colônia contínua na África Austral, do Atlântico ao Índico, unindo Angola a Moçambique. Esse acontecimento feriu o orgulho nacional luso, abalou profundamente a monarquia e abriu caminho para a proclamação da República, em 1910.

O novo regime não conseguiu realizar grandes mudanças na situação de Portugal, tanto

no plano interno, quanto no plano da política internacional, demonstrando-se incapaz de, externamente, livrar o país da tutela britânica e, internamente, satisfazer as aspirações dos setores urbanos que haviam apoiado sua implantação. Em 1926, um golpe militar implantaria um regime autoritário, fortemente vinculado a uma tradição católica de direita, que abriria espaço para a ascensão de um professor de Economia da Universidade de Coimbra, Antônio de Oliveira Salazar, como homem-forte do regime.

Foi somente a partir da implantação do “Estado Novo” salazarista que ocorreu uma efetiva estruturação político-administrativa do Império Colonial, que até então era precariamente organizado em todos os níveis. Tal estruturação, do ponto de vista jurídico, deu-se através da Constituição da República Portuguesa (1933) – que estabelecia a noção de “Portugal, uno e indivisível, do Minho ao Timor” - e, fundamentalmente, do Ato Colonial (1930), que garantia à metrópole o controle econômico sobre as colônias, impedindo qualquer desenvolvimento autônomo das mesmas. Desta forma, o império africano iria reproduzir a tradicional função colonial de ajudar a equilibrar a balança de pagamentos da metrópole:

A subordinação a Lisboa funcionou, sem dúvida, como um trava nas maiores economias coloniais. As divisas estrangeiras ganhas mediante exportação direta para outros países tinham de ser trocadas em Lisboa pelo escudo ou pela moeda colônia; as divisas estrangeiras para importações diretas do estrangeiro para as colônias só se encontravam disponíveis em Lisboa, que, claro, podia rejeitar o pedido (MENESES, 2011, p. 137).

Em nome de sua “missão civilizadora”, o Estado Português também implantou uma política de exploração sistemática das populações nativas, tratadas como estrangeiras

em sua própria terra, ao mesmo tempo em que, através dela, garantia condições para a ocupação e a estruturação político-administrativa dos territórios coloniais africanos. Esta prática também se constituiu em uma importante fonte de rendas para a metrópole, que “agenciava” a exportação desta mão-de-obra para as companhias inglesas que exploravam minerais na Rodésia e na África do Sul.

Outra questão importante que deve ser levantada é que embora nos termos da legislação existente houvesse a possibilidade de um nativo obter a cidadania portuguesa e o status de *civilizado*, as condições para que isso acontecesse eram extremamente restritivas: falar bem português, ser autossuficiente financeiramente, ter “bom caráter” e “comportamento apropriado” e cumprir o serviço militar obrigatório. Levando-se em consideração que, por volta de 1950, a população africana da Guiné tinha 99% de analfabetos, a de Angola, 97% e a de Moçambique, 98% (ENDERS, 1997), os chamados “assimilados” correspondiam a menos de 1% do total da população das colônias, o que não é de se espantar visto que na própria metrópole os índices de analfabetismo eram altíssimos e estavam bem distantes do padrão europeu.

Essa política colonial começou a ser fortemente criticada pela comunidade internacional, a partir da década de 1950, como decorrência direta da intensificação das lutas pela descolonização afro-asiática. Tendo este processo o apoio dos dois polos de poder então existentes (EUA e URSS), Portugal acabou relegado a um relativo isolamento político internacional. Porém, mesmo sofrendo essa condenação formal das principais potências (incluindo-se aí os EUA e os países do bloco ocidental), o Estado português conseguia fazer valer os seus interesses nos principais organismos internacionais, garantindo, inclusive, certa tolerância para com a manutenção de seu império colonial, como discutiremos mais adiante.

Foi nesse contexto que o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre transforma-se na ideologia oficial do colonialismo português. Até então ignorado pelas autoridades do Estado Novo - já que até a década de 1940 havia um consenso na Europa em torno da defesa do colonialismo e o discurso português sobre a questão não diferia do das demais potências coloniais - o sociólogo pernambucano tornar-se-ia a principal referência intelectual para os ideólogos do regime, com sua defesa das especificidades do colonialismo luso.

De forma sintética, para Freyre, a colonização portuguesa seria um exemplo de colonização bem-sucedida devido ao alto grau de adaptabilidade do português ao trópico e de sua predisposição para a “aventura tropical ultramarina”. Assim, o luso, ao invés de deseuropeizar-se, teria se transformado em um “intermediário” entre os trópicos e a Europa, “tropicalizando-se” sem deixar de ser europeu. Sob esta perspectiva, o mundo “criado” pelos portugueses constituir-se-ia em uma unidade de sentimentos e cultura, onde a miscigenação seria o símbolo de uma forte tendência à “democratização social”. Na visão do sociólogo pernambucano, “o amor do homem pela mulher e do pai pelos filhos, acima dos preconceitos de cor, de raça e de classe”, teria conferido à mestiçagem, nas colônias portuguesas, um caráter mais humano e cristão que, ao contrário do que acontecia nas demais possessões coloniais europeias, permitiria uma intensa mobilidade social, bem como teria gerado uma forma mais branda de escravidão. Neste sentido, a atitude positiva dos portugueses para com os mestiços seria única em um povo europeu (CASTELO, 1999, p. 33-34).

Foi assim que, em decorrência do avanço das lutas anticoloniais nos agitados anos do pós-guerra e com o aumento das pressões internacionais pela descolonização, o Estado português procurou se apropriar de algumas das ideias centrais do luso-tropicalismo, utilizando-as para justificar a posse de seus territórios

ultramarinos, ao mesmo tempo em que realizava algumas reformas de fachada em seus domínios coloniais.

A Guerra Fria e as pressões internacionais pela descolonização do império ultramarino português

Durante boa parte da ditadura salazarista, a inserção internacional de Portugal foi marcada por uma postura de relativo isolamento, devido essencialmente à condenação de inúmeros Estados e organizações à política colonialista portuguesa. Isto começou a ocorrer na década de 1950, intensificando-se na década seguinte, devido ao avanço do processo de descolonização afro-asiática. Naquele período, as velhas potências imperialistas europeias, enfraquecidas pelas sucessivas crises, passaram a sofrer grandes pressões de suas colônias em favor da emancipação.

Assim, fortaleceram-se no mundo afro-asiático movimentos emancipacionistas de caráter nacionalista que se posicionavam contrariamente ao colonialismo, ao racismo e ao imperialismo. Com o desenrolar do processo de descolonização, as antigas colônias africanas e asiáticas começaram a articular-se naquilo que ficou conhecido como “Bloco do Terceiro Mundo” - cuja estruturação inicia-se na Conferência de Bandung (1955) e tem a sua consolidação na Conferência de Belgrado (1961) - que se pronunciaria pela neutralidade na Guerra Fria, pelo distanciamento em relação à URSS e ao Ocidente e pelo compromisso dos povos já liberados de ajudar a libertação dos povos ainda dependentes.

Tal Bloco, que começa a crescer e a ter voz bastante ativa na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, seria o responsável pela articulação de uma violenta condenação da comunidade internacional à política colonial lusa, o que acabou por colocar o Estado português na defensiva:

No campo internacional, os anos 50 trouxeram particulares dificuldades ao imperialismo português. As guerras mundiais, uma vez terminadas, engendraram instituições que mobilizavam consciências sensíveis à guerra. Portugal já fora denunciado na liga das nações, nos anos 20, pelas suas práticas de trabalho colonial. Agora, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas dirigiam as atenções para a questão fundamental do colonialismo (MACQUEEN, 1998, p.30).

Porém, se por um lado Portugal era condenado internacionalmente por sua política colonial, por outro, a própria debilidade do Estado português - que o tornava econômica e tecnicamente incapacitado para aproveitar plenamente e de forma lucrativa os imensos recursos existentes em seu império ultramarino - fez com que as colônias lusas se tornassem áreas de especial interesse para o capital internacional. Com pouca disponibilidade de capitais para investir, Portugal abriu seus domínios coloniais para que companhias estrangeiras investissem tanto na produção, quanto na infraestrutura, no contexto da acelerada expansão capitalista do pós-guerra, que possibilitou uma notável ampliação da capacidade de investimentos dos países centrais e de suas grandes corporações.

Desta forma, o pequeno Estado ibérico acabaria por exercer um papel secundário em suas próprias colônias em um modelo de colonialismo dependente, configurando o que Perry Anderson definiu, em meados dos anos 1960, como sendo um “condomínio encoberto”:

O papel maciço do capital estrangeiro na exploração dos recursos coloniais é indiscutível. As concessões operam por meio de negociações especiais e bilaterais com as autoridades portuguesas. Formaram-se companhias mistas com um mínimo de capital português e um máximo de direção portuguesa quotidiana (...) Todavia, por

debaixo dessas formalidades, o poder do capital estrangeiro monta ao que pode ser designado como “condomínio encoberto”. (...) O poder de fato dos grandes capitalistas estrangeiros os tornam parceiros da administração. (...) As companhias concessionárias desfrutam de lucros fabulosos, graças às suas posições privilegiadas na economia colonial. (...) As corporações fornecem o capital que falta à administração: esta fornece a ordem de que as corporações precisam. Os lucros são repartidos (ANDERSON, 1966, p. 94-95)

Assim, os interesses do capital internacional acabariam por gerar uma espécie de “tolerância” das grandes potências para com a presença portuguesa na África, apesar do clamor geral pela descolonização:

Assim, o Império português era sustentado por elos econômicos que combinavam uma quase restrição mercantilista com complexas redes representativas dos interesses dos capitais da Europa Ocidental, da América do Norte e da África do Sul. Embora nem sempre fosse visível, as pressões para aguentar a África Portuguesa, e para proteger o capital europeu em Portugal e nas suas colônias, estavam profundamente interligadas (MAXWELL, 1999, p.45).

Além disto, o líder português António de Oliveira Salazar soube aproveitar-se muito bem do clima da Guerra Fria para manter a sua posição em relação à África, graças ao forte conteúdo anticomunista do regime. No final da década de 1940 e início da de 1950, esse anticomunismo foi o principal ponto de aproximação entre Portugal e os EUA, durante as administrações Harry Truman e Dwight Eisenhower que, a princípio, também tendiam a considerar os velhos impérios coloniais europeus, dentre os quais o português, como um instrumento de contenção do expansionismo

soviético na África e na Ásia. Essa tolerância para com a política colonial salazarista duraria até a ascensão de John Kennedy à presidência dos EUA, no início da década de 1960, quando o governo norte-americano passou a pressionar de forma mais intensa pela descolonização, aumentando assim o isolamento português (MARTINS, 2000).

Por outro lado, Portugal tinha a posse de algumas áreas estratégicas, como o arquipélago dos Açores, dotado de uma importante base aérea e de uma posição geográfica privilegiada para o controle do Atlântico Norte (assim como o Arquipélago da Madeira), e também Angola e Moçambique, com seus portos estratégicos para a defesa dos interesses dos EUA e de seus aliados da OTAN, no Atlântico Sul e no Índico. A própria posição geográfica de Portugal continental era bastante importante para o controle das rotas marítimas que ligam a Europa à América, à África e mesmo ao Extremo Oriente. Assim, em 1949, a entrada de Portugal na OTAN deu-se sem maiores problemas, apesar da manutenção, em tese, da automarginalização em relação à Europa, que juntamente com a secular aliança luso-britânica e a solidariedade peninsular com a Espanha, se constituía em um dos eixos centrais da política externa do salazarismo (LEME, 2011, p. 96).

Convém lembrar que foi justamente a percepção da aliança luso-britânica como sendo a pedra angular da política externa portuguesa, que levou Salazar a concordar com o estabelecimento de uma base britânica nos Açores, em 1943, que posteriormente serviria de cobertura para a presença de uma massiva presença americana no Arquipélago nos últimos meses da Segunda Guerra, antecipando o que aconteceria subsequentemente após a criação da OTAN (MENESES, 2011). E isto apesar da posição oficial de neutralidade portuguesa no conflito e da tentativa de manter boas relações políticas e econômicas com a Alemanha nazista, ao longo de todo período e que teve como componente anedótico o fato de em 1945,

mesmo com os compromissos com os ingleses e norte-americanos, o ditador luso ter decretado luto oficial pela morte de Hitler, “mandando pôs as bandeiras portuguesas a meio-haste” (BIRMINGHAM, 1998, p.209).

Em vista de todas essas questões, as pressões contra o colonialismo português acabavam sendo esvaziadas:

A nível multilateral, a pressão sobre Portugal não era mais óbvia nem mais útil. Apesar das repetidas denúncias na Assembleia Geral das Nações Unidas, sistematicamente ignoradas por Portugal, este podia normalmente contar com a proteção de seus amigos. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, as três potências com assento permanente no Conselho de Segurança, sempre frustraram, coletiva ou individualmente as tentativas da Assembleia Geral para tomar quaisquer medidas significativas contra Lisboa durante toda a década de 60 e os primeiros anos da década seguinte (MACQUEEN, 1998, p.79-80).

Na prática, tais pressões só tiveram como resultado concreto a adoção por parte do governo português de uma medida de “maquiagem”: a partir de 1951, as colônias passaram a ser chamadas de “Províncias Ultramarinas” ou “Territórios Ultramarinos”. Isto se deu com a abolição do “Acto Colonial” e com a incorporação de seus preceitos à Constituição portuguesa, o que não alterou em nada as bases em que se assentava a dominação colonial. Pelo contrário, tais medidas cosméticas só consolidaram ainda mais a integração da África Portuguesa com a metrópole. Como assinalava, no início dos anos 1960, o historiador José Honório Rodrigues, o uso do termo “Províncias Ultramarinas” nada mais era do que um simples rótulo ou máscara com que o Estado Português pretendia “enganar os parvos deste mundo” (1962, p.14).

Neste sentido, a inserção de Portugal nas

relações internacionais durante o Regime Salazarista, apresentava alguns aspectos paradoxais, visto que, se por um lado, a “política isolacionista” deliberadamente implementada pelo regime, aliada à condenação da opinião pública internacional à política colonial portuguesa e ao próprio regime salazarista, mantiveram Portugal numa postura de relativo isolamento no contexto internacional; por outro, os interesses econômicos e financeiros e as determinações político-estratégicas da conjuntura mundial - relacionadas à participação de Portugal na OTAN - acabam por garantir a integração de Portugal à comunidade internacional.

As guerras de libertação na África e a crise do Estado Novo português.

A partir dos anos 1960, por influência do processo mais amplo de descolonização afro-asiática, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, e das repercussões da Conferência de Bandung (1955) na ONU, intensificaram-se nas colônias portuguesas os movimentos de libertação em relação à metrópole, culminando nas chamadas – pela historiografia portuguesa - “guerras coloniais”, que teriam um papel fundamental na crise do regime salazarista.

A oposição à dominação portuguesa começou a ser estruturada por uma pequena elite de africanos “assimilados”, com formação universitária “ocidental” – fenômeno este que não foi exclusivo do Império Português – que organizaram os primeiros movimentos de resistência.

Portugal tinha criado uma classe-elite de africanos, muito reduzida, constituída por “assimilados” com privilégios que lhes permitiam participar na exploração de seus compatriotas mas que, ao mesmo tempo, se obrigavam a presenciar no dia-a-dia a situação humilhante dos outros africanos e a brutal repressão de que estes eram vítimas. Não

surpreende, nestas circunstâncias que tivessem sido os “assimilados” educados a constituir a oposição política (FERREIRA, 1977, p.43).

As elites coloniais articularam-se, desde pelo menos o início do século XX, inicialmente em torno de movimentos culturais de caráter nacionalista – como a Casa dos Estudantes do Império ou o Centro de Estudos Africanos, formados, na metrópole, por estudantes do “Império”; e o Movimento “*Vamos Descobrir Angola*”, lançado pelo poeta angolano, Viriato da Cruz, em 1948 - onde procuravam discutir e descobrir a sua identidade cultural (MOURÃO, 1995, p. 95-97), .

Esses nacionalistas africanos, a partir dos anos 1950, partiram para a ação política e organizou os primeiros movimentos de libertação colonial, como o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e UPA (União das Populações de Angola) e FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Estas organizações passaram a contar com o apoio da opinião pública internacional, além da ajuda militar do bloco socialista que, no contexto da Guerra Fria, tinha importantes interesses estratégicos no conflito. Portugal, que insistia em manter inalterada sua política colonial, recebia apoio declarado somente da Espanha franquista e da África do Sul e também o apoio mais sutil do Brasil, com exceção do período da Política Externa Independente (1961-1964).

Porém, por causa dos interesses político-estratégicos já mencionados anteriormente, Portugal contava com a ajuda militar da OTAN e com a tolerância das potências ocidentais. Devido a este pertencimento à Aliança Atlântica, militares portugueses foram enviados para treinamento nos EUA e o país chegou a receber dos norte-americanos, bombas de Napalm, amplamente utilizadas no combate aos guerrilheiros africanos e à população civil que os

apoiava, de forma muito similar ao que ocorria no Vietnã. As mudanças na política doméstica norte-americana, com a derrota dos Democratas nas eleições de 1968 e a guinada conservadora que marca a ascensão dos Republicanos, também se refletiriam na política exterior e isto levando as relações luso-estadunidenses a um novo patamar:

O Governo norte americano verifica, em 1969, o impasse em que se encontra a situação na África Portuguesa. Nem um nem outro dos beligerantes parece ter condições para vencer. Washington escolhe então auxiliar maciçamente os portugueses a vencerem os movimentos nacionalistas marxistas com os métodos experimentados no Vietnam (ENDERS, 1996, p. 101).

Como ressaltado anteriormente, as relações entre Portugal e EUA eram bastante problemáticas, principalmente durante o governo John Kennedy, devido aos esforços norte-americanos para a retirada portuguesa da África, de forma pacífica, embora o governo daquele país evitasse um choque direto com Salazar. Porém, com a ascensão de Richard Nixon à presidência dos EUA – que coincide com a subida de Marcello Caetano ao poder, em Portugal - a perspectiva norte-americana em relação a Portugal se modifica, com este deixando de ser encarado como um renitente Estado colonialista e passando a ser mais um importante aliado na luta contra o comunismo e o expansionismo soviético.

Mas os sinais de rebelião contra a dominação portuguesa apareceram mais nitidamente a partir do início dos anos 1950, quando, em algumas colônias, manifestações de contestação começaram a acontecer - como em São Tomé, em 1953, quando a Polícia Salazarista foi a responsável pela morte de mais de 100 trabalhadores e camponeses em greve. O início da década de 1960 trouxe alguns sérios revezes para a política colonial salazarista como a perda

do “Estado da Índia” para a União Indiana e o sequestro do paquete “Santa Maria” pelo Capitão Henrique Galvão.

Esse episódio culminou no início da guerra de libertação em Angola, pois havia a expectativa que o mesmo fosse para Luanda, o que desencadeou uma série de conflitos na mais importante das colônias portuguesas. Ele também demonstrou o descontentamento em relação ao regime existente em boa parte das forças armadas portuguesas. Tal insatisfação já havia se manifestado anteriormente através da candidatura do General Humberto Delgado, nas eleições presidenciais de 1959, e teve sua culminância em uma fracassada tentativa de golpe militar contra Salazar, em 1961, que envolveu elementos do alto escalão das forças armadas, inclusive o Ministro da Defesa, Gal. Botelho Muniz.

Nesse contexto, começaram a ser organizados nas colônias africanas diversos movimentos guerrilheiros que iriam iniciar, naquele momento, uma forte ofensiva contra as forças colonialistas. Assim, por volta de 1961, o número de guerrilheiros em ação em toda a África Portuguesa já superava os dez mil homens e, no mesmo ano, os movimentos rebeldes das diversas colônias davam um importante passo para a articulação de sua luta política com a criação da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas de Colônias Portuguesas). Este organismo, sediado em Argel e articulado inicialmente pela UPA, pela MPLA e pelo PAIGC, teria o papel de funcionar como coordenador das diversas lutas de libertação na África Portuguesa.

A CONCP, juntamente com os governos de Gana e da Tanzânia, foi fundamental para a articulação de um movimento de libertação em Moçambique, última colônia a ter uma organização revolucionária verdadeiramente nacional, o que só iria se concretizar em 1962, com a criação da FRELIMO, visto que era de “grande importância para a CONCP trazer Moçambique

para um movimento mais amplo e foi um êxito importante quando o conseguiu, quaisquer que fossem os problemas implícitos na criação de um movimento de libertação nacional por incitamento externo” (MACQUEEN, 1998, p.42). Nos anos seguintes, as ações desses movimentos guerrilheiros intensificaram-se, fazendo com o que Estado Português despendesse cada vez mais homens e recursos para o combate aos revolucionários africanos. Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas de “maquiagem” para tentar conter a revolta nas colônias, tais como a supressão formal do trabalho forçado dos nativos e a ampliação das possibilidades de acesso à cidadania portuguesa.

Assim, a guerra colonial iniciada em Angola espalhou-se pelas outras colônias atingindo a Guiné, em 1963, e Moçambique, em 1965. Ao mesmo tempo, intensificam-se as pressões contra o colonialismo português, fazendo crescer o isolamento político-econômico do regime salazarista, pelo menos até a ascensão de Richard Nixon à presidência dos EUA, em 1969, com já citado:

Surge também nos meados da década de cinquenta o obstáculo maior à eternização de uma ditadura que não dava sinais de querer adaptar-se ao seu tempo ou evoluir: a “questão colonial” (...) Salazar recusar-se-ia a qualquer concessão ou negociação quanto à administração das parcelas africanas, mantendo-se firmemente apostado em permanecer “orgulhosamente só” até ao fim, como disse num discurso (MEDINA, 1999, p.226-227).

Internamente, o prolongamento da Guerra Colonial começa a solapar as bases de apoio do Estado Novo e faz com que setores que tradicionalmente apoiavam o regime - como a Igreja, os Militares e a Burguesia Monopolista - assumam uma postura crítica em relação a este, engrossando, assim, as fileiras da tradicional oposição portuguesa formada por comunistas, socialistas e democratas, a qual se une em torno

de alguns objetivos comuns, que seriam o fim das guerras coloniais, a modernização do país e a democratização das forças armadas e da própria sociedade portuguesa.

Dessa forma, dentre os descontentes com a prolongada guerra colonial e a intransigência de Salazar, começaram a se destacar: a burguesia monopolista, uma das principais bases de sustentação do regime, que via na guerra um obstáculo aos seus interesses econômicos e à entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu; setores da elite militar, que tinham a percepção de que os problemas coloniais deveriam ser resolvidos através da ação política e não da ação militar; e os próprios aliados de Portugal na OTAN, que com o prolongamento da guerra, passam a encará-la como uma ameaça aos seus interesses estratégicos na África, naquele contexto de melhoria das relações entre o ocidente e o bloco soviético:

A luta anticolonial generalizada e o abandono dos EUA, e da própria Europa, em relação à política portuguesa euro-africana, bem como as novas estratégias – cada vez mais tolerantes, apesar da “guerra fria” – para fazer frente ao comunismo soviético, acabaram por arrastar o Portugal salazarista para uma posição solitária (TORGAL, 2000, p. 328).

Neste sentido, a rearticulação das oposições portuguesas se daria em torno das ideias fundamentais de pôr fim à guerra e de democratizar o país, internamente, e de romper o isolamento luso, externamente. Deixar-se-ia de lado, assim, a crença salazarista de que “projetos nacionais deveriam ser traçados e levados adiante de forma totalmente independente” e de que “cada Estado deveria ter o total domínio de sua vida política” (AUGUSTO, 2011, p. 24).

Além da questão colonial, o próprio desenvolvimento da economia portuguesa no decorrer da década de 1960 - com a entrada

maciça de investimentos estrangeiros aproveitando-se das vantagens oferecidas pelo regime (inexistência de sindicatos livres, baixos salários), e a internacionalização das velhas empresas oligárquicas, que até então atuavam basicamente em Portugal e nas colônias, e que passam a investir em novas áreas como o Brasil, os EUA e a Europa - contribuiu para aumentar as contradições internas do regime e enfraquecer sua base de apoio, visto que importantes setores da elite portuguesa passaram a ter a percepção de que o modelo político e econômico do Estado Novo limitava as possibilidades de crescimento do país e de sua integração no mercado internacional.

Por outro lado, o regime também vivia um momento de instabilidade política desde 1968, com a subida ao poder de Marcello Caetano, devido ao afastamento por doença de Salazar e o seu posterior falecimento (1970). A ascensão do novo “homem-forte” do regime salazarista acendeu as esperanças dos setores liberais portugueses na realização de reformas políticas e econômicas que levassem à liberalização do regime e à modernização de Portugal. Porém, quaisquer que fossem as intenções de Caetano, sua posição “ficou limitada desde o princípio pela presença no regime de poderosos elementos empenhados na continuação da política de Salazar, particularmente em relação à África, tanto no governo como entre os militares” (MACQUEEN, 1998, p. 91). Desta forma, as esperanças na liberalização do regime foram logo frustradas.

Também faltava a Caetano a habilidade política de seu antecessor em articular os interesses distintos dos setores que davam sustentação ao Estado Novo, tanto interna, quanto externamente. Com isto, apesar de tentar manter uma imagem reformista, a indefinição e a indecisão características de seu governo acabaram tanto desagradando aos setores mais liberais, quanto gerando a desconfiança dos setores mais à direita.

Esse conjunto de fatores acabou levando ao acirramento da crise do Estado Novo e à sua derrubada por um movimento de origem castrense levado a cabo pela oficialidade jovem das Forças Armadas e por setores mais “liberais” da elite militar portuguesa. A longeva ditadura lusa chegaria ao fim de forma rápida e, de certo modo, inesperada, surpreendendo, inclusive, os observadores internacionais mais atentos.

Há que se ressaltar que a articulação de boa parte das Forças Armadas contra a ditadura deu-se a partir de questões específicas dos militares, como o cansaço da guerra colonial entre os oficiais das forças armadas e a alteração das regras de acesso à carreira militar, que acabam levando à formação do MFA (Movimento das Forças Armadas), principal ator do putsch que derrubaria Caetano:

Por doença, Salazar teve entretanto de abandonar a chefia do governo (1968), confiada então a Marcelo Caetano, que governaria até 1974 sem nunca conseguir resolver o problema fundamental do regime ditatorial, a questão das guerras coloniais, nó górdio que estaria na origem de uma contestação militar que, transportada para a Metrópole, criaria o Movimento das Forças Armadas (MFA), que finalmente derrubou um regime fundado pelas armas, quase meio século depois (MEDINA, 2000, 227-228).

Na própria cúpula da elite militar começaram a surgir vozes dissonantes em relação ao regime, como as dos Generais Costa Gomes e Antônio de Spínola, duas das mais importantes figuras da hierarquia militar portuguesa. O General Spínola, Comandante-Chefe da Guiné Portuguesa, lançou em fevereiro de 1974, com a anuência de Costa Gomes, Chefe do Estado-Maior e seu superior imediato, o livro “Portugal e o Futuro”, em que, ao analisar a situação de Portugal, defendia a ideia de que a questão colonial não tinha solução militar possível e somente a autonomia progressiva das

colônias e o reconhecimento dos direitos dos povos africanos à autodeterminação poderiam resolver o impasse gerado pelas guerras coloniais.

Para ele, o caminho para a quebra do isolamento português no cenário internacional passava pela solução do problema colonial, com a formação de uma espécie de *commonwealth* portuguesa, fazendo com que as colônias permanecessem ligadas a Portugal através desta Federação de Estados Autônomos. A publicação do livro foi considerada um desafio público ao regime, por colocar em xeque as bases do sistema salazarista:

Os velhos fascistas, que tinham criado o regime e dedicado as vidas ao seu serviço, consideravam o tom liberal e democrático do livro como um anátema, e foi precisamente isso que fez de “Portugal e o Futuro” um êxito editorial. Inevitavelmente, a opinião pública concluiu que nenhum governo poderia aceitar de bom grado a participação popular em África, ao mesmo tempo que a negava em Portugal (MAXWELL, 1999, p.50).

As repercussões da obra na sociedade portuguesa e o mal-estar gerado pelas demissões de Costa Gomes e Spínola contribuíram, sem dúvida, para acelerar a organização do golpe que iria derrubar Marcelo Caetano. Como assinala Otelo Saraiva de Carvalho, major do Exército português e um dos principais líderes do MFA, o livro “estremece o edifício aparentemente sólido do Estado Novo legado por Salazar” e coloca em xeque a liderança de Caetano (CARVALHO, 2011, p.17-18).

Como desdobramento do acirramento da crise política e militar, ocorre uma tentativa de levante militar em 16 de março de 1974, no 5º regimento de infantaria de Caldas da Rainha que, mesmo frustrado, teve um importante papel na aglutinação da maior da oficialidade em trono do MFA e do ideal de

derrubada do regime ditatorial. E pouco mais de um mês depois, tal objetivo seria alcançado.

Pouco depois da meia-noite do dia 25 de abril, a canção “Grândola, Vila Morena” era tocada na programação da Rádio Renascença, uma emissora católica de Lisboa. Estava dada a senha para o início da revolta que iria mudar os rumos de Portugal e que nos primeiros dias foi chamada de “Revolta dos Capitães”, para logo a seguir receber a sua denominação definitiva, “Revolução dos Cravos”, a flor de abril em Portugal.

Considerações Finais

A revolução de abril e o subsequente processo de redemocratização deram início a um processo de reorganização das estruturas internas da sociedade portuguesa, de renegociação do papel de Portugal no sistema internacional e, até mesmo, de redefinição da própria identidade nacional lusitana. No pós-25 de abril, com a queda da ditadura estadonovista e com a concretização da descolonização do antigo império, caiu por terra o velho mito do “destino imperial” português e, cinco séculos após o início da expansão marítima, Portugal voltaria a ficar restrito aos limites de seu pequeno território na margem mais ocidental da Europa.

Porém, nos dois anos que se seguiram à Revolução dos Cravos, Portugal e seu antigo império desempenhariam um papel bastante importante nos cálculos estratégicos das grandes potências e de seus aliados. O conturbado período situado entre abril de 1974 e novembro de 1975 colocou o país no centro da Guerra Fria, com os setores mais conservadores dos EUA e do restante do ocidente temendo que a guinada à esquerda do MFA e dos governos do imediato pós-revolução pudesse gerar uma onda revolucionária que levasse à “comunistização” de toda a costa norte do mediterrâneo (MAXWELL, 1999, p. 128).

Tal temor só chegaria ao fim em 25 de

novembro de 1975, quando uma nova intervenção militar apoiada pelas forças políticas mais moderadas – incluindo o Partido Socialista – derrotou um levante de militares esquerdistas, contendo assim a radicalização do processo revolucionário. A fragorosa derrota do Partido Comunista Português e de outras forças mais à esquerda nas eleições legislativas de abril de 1976 – vencidas pelo Partido Socialista, mas que também deram uma votação expressiva para os partidos de centro-direita – consolidariam definitivamente a opção portuguesa pela democracia liberal e pelo pertencimento à Europa e, por extensão, ao bloco ocidental.

Paralelamente a isto, o problema da descolonização, como não poderia deixar de ser, também desempenharia um papel central no debate político português nos meses subsequentes à revolução. Nesse contexto, a posição neocolonialista de Spínola, alçado à presidência da república após o 25 de abril, acabaria sendo derrotada e prevaleceria aquela que reconhecia o direito das colônias à autodeterminação e à independência, defendida pelos organismos internacionais, pela maior parte da opinião pública portuguesa e pelas próprias bases do MFA.

Mas a instabilidade política na antiga metrópole, com as idas e vindas do processo revolucionário, não poderia deixar de se refletir no processo de negociação com as forças políticas existentes nas áreas coloniais. A princípio, havia prevalecido a posição inicial do MFA de negociar com todos os movimentos de libertação que tivessem expressão militar. No entanto, no decorrer das negociações, a ótica militar acabaria sendo substituída pela ótica política, como decorrência da própria radicalização à esquerda dos militares revolucionários portugueses, priorizando-se assim a interlocução com os movimentos com os quais as lideranças do MFA possuíam maior identificação do ponto de vista ideológico, como o MPLA, em Angola, por exemplo.

Com isto, alguns dos equívocos

portugueses na condução do processo de descolonização acabariam contribuindo para o aumento das tensões e da instabilidade já existentes nas antigas áreas coloniais, como decorrência das disputas entre diferentes grupos que, via de regra, contavam com forte apoio externo, tanto das duas grandes potências, quanto de atores regionais, como a África do Sul, nos casos de Angola e Moçambique. Desta forma, no pós-independência, boa parte das ex-colônias portuguesas mergulharia em longas e sangrentas guerras civis, dificultando a construção de instituições políticas sólidas e agravando sobremaneira seus graves problemas econômicos e sociais, com as feridas abertas durante o processo de descolonização, somando-se àquelas deixadas pelo colonialismo.

Referências

- ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- AUGUSTO, Claudio de Farias. **A revolução portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CARVALHO, Otelio Saraiva de. **O dia inicial: 25 de abril hora a hora**. Carnaxide: Editora Objectiva, 2011.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- ENDERS, Armelle. **História da África Lusófona**. Mem Martins: Inquérito, 1997.
- FERREIRA, Eduardo de Souza. **O fim de uma Era: o Colonialismo Português em África**. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- LEME, Rafael Souza C.M. **Absurdos e Milagres: um estudo sobre a política externa do lusotropicalismo**. Brasília: FUNAG, 2011.
- MACQUEEN, Norrie. **A descolonização da África Portuguesa: a Revolução Metropolitana e a dissolução do Império**. Mem Martins: Inquérito, 1998.
- MARTINS, Fernando. A questão colonial na política externa portuguesa: 1926-1975. In: ALEXANDRE, Valentim (Coord.). **O Império Africano: Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A Luta pela Independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC.** Mem Martins: Inquérito, 1999.

MAXWELL, Kenneth. **A Construção da Democracia em Portugal.** Lisboa: Editorial Presença, 1999.

MEDINA, João. A Ditadura Portuguesa do Estado Novo (1926-1974): Síntese da Ideologia e Mentalidade do Regime Salazarista-Marcelista. In: TENGARRINHA, José (Coord.). **A Historiografia Portuguesa, hoje.** São Paulo: Hucitec/Instituto Camões, 1999.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia** Definitiva. São Paulo: Leya, 2011.

MOURÃO, Fernando. Reações do Nacionalismo Africano em Portugal. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org). **Espanha e Portugal: o fim das ditaduras.** São Paulo: Xamã, 1995.

RODRIGUES, José Honório. O Brasil e o Colonialismo Português – Revisão de uma Infâmia Secular. In: METZNER-LEONE, Eduardo. **O Brasil e o Colonialismo Português – revisão de uma infâmia secular.** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1962.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e Notas Políticas VI: 1956-1966.** Coimbra, Coimbra Editora, 1967

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa. In. TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal.** Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, 2000.